

MUDAR PARA QUE TUDO CONTINUE COMO ESTÁ:

O modernismo conservador de Fernando Henrique Cardosoⁱ

ANDERSON DEOⁱⁱ

Resumo: O presente trabalho busca compreender o processo de reformas políticas e econômicas que se concretizaram durante a década de 1990 no Brasil. Tais reformas foram fundamentais à implementação do projeto político de “modernização conservadora” que inseriu o país no novo momento de internacionalização capitalista, denominado mundialização do capital. À frente da aliança política que comandou o país durante oito anos (1995-2003), estava Fernando Henrique Cardoso, intelectual de projeção internacional, cuja obra em parceria com Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, pode ser caracterizada como a referência teórica deste projeto. O que procuraremos demonstrar é que a concretização das “reformas” no Brasil, durante a década de 1990, é uma revitalização – em novo momento histórico – da tese central de *Dependência e desenvolvimento*, qual seja, devido às características sócio-políticas das economias periféricas, a única forma de estas alcançarem um patamar mínimo de desenvolvimento, é através da inserção dependente e subordinada nos processos de internacionalização do mercado mundial.

Palavras-chave: modernização conservadora; burguesia brasileira; dependência; desenvolvimento.

“Se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude”

³Do personagem Tancredi, na obra *O Leopardo*, de Giuseppe Tomasi de Lampedusa

I INTRODUÇÃO

No início de seu primeiro mandato, ao ser questionado sobre as possíveis diferenças existentes entre a atuação do “político” e a do “sociólogo”, Fernando Henrique Cardoso teria respondido aos jornalistas: “esqueçam tudo o que escrevi”. Mesmo tendo negado posteriormente tal afirmação – o então presidente narrou o fato como invenção dos jornalistas –, o episódio, polêmico por si só, suscita no mínimo algumas indagações: é possível verificar

algum tipo de continuidade e/ou congruências entre as proposições do Cientista Social e as do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso? Todo o esforço intelectual de compreensão do desenvolvimento societário brasileiro e latino-americano, empreendido pelo pesquisador, serviu como arrimo teórico ao projeto político-econômico implementado pela aliança conservadora consubstanciada na figura de Cardoso? Ou ainda, de outro modo, é possível afirmar que um dos maiores nomes da sociologia brasileira – tal como preferem alguns, *O príncipe* –, simplesmente deixou de lado todos seus escritos e reflexões ao assumir o Palácio do Planalto? A análise imanente da teoria produzida pelo autor, principalmente no que diz respeito à relação entre os conceitos de dependência e desenvolvimento⁴, não nos deixa dúvida: a obra teórica da maturidade intelectual de Fernando Henrique alcançou

uma vigorosa atualidade, a partir da *consolidação do projeto social-democrata* no Brasil, ocorrida a partir da década de 1990. É nesse período de *consolidação* que as teses do sociólogo Fernando Henrique Cardoso serão recolocadas e rearticuladas, num novo momento de internacionalização e mundialização do capital, alcançando conteúdo e concretude como projeto econômico-político.

O objetivo deste trabalho é demonstrar como o processo de implementação das reformas econômicas e políticas, iniciadas a partir do Plano Real, coadunam-se com o propugnado por Fernando Henrique Cardoso, quando este se propôs a compreender a constituição do capitalismo latino-americano. Buscaremos ainda, demonstrar o caráter “modernizante”, mas ao mesmo tempo “conservador”, que marca o período em questão.

II. Fernando Henrique Cardoso e a vitória da “modernização-conservadora”

A breve passagem de Itamar Franco (1992-1994) pelo palácio do Planalto teve como mote a reorganização do bloco histórico de hegemonia burguesa⁵ no país. Itamar herdara de seu sucessor um quadro de grandes manifestações sociais e agudos problemas econômicos, além da crise política em si. Mesmo sendo caracterizado pelo explícito espontaneísmo político e pela incongruência ideológica, o movimento dos “caras pintadas” colou milhares de jovens nas ruas do país, que manifestavam sua insatisfação com o quadro de corrupção desvelado pelos escândalos envolvendo o presidente Collor de Mello (1990-1992); além disso, Itamar deparar-se-á com a organização sindical do funcionalismo público – último pólo de resistência combativa do sindicalismo no Brasil –, enfrentando paralisações em importantes categorias ligadas às empresas estatais⁶; no que diz respeito à economia, o país voltava a experimentar o crescimento dos índices de inflação e desemprego, bem como, o retorno da recessão, consequências diretas do fracassado Plano Collor.

A saída encontrada produziu os efeitos esperados. A proposta de formação de um “pacto nacional”, envolvendo as diversas frações da burguesia e da classe trabalhadora, arrefeceu os ânimos e os principais partidos *na* esquerda ficaram isolados diante da assertiva liberal. A partir de então, Itamar teve o arrimo sócio-político necessário para retomar o projeto iniciado – porém interrompido prematuramente – por Collor de Mello, e aperfeiçoar/desenvolver um projeto no Brasil que se coadunasse com os pressupostos da nova fase de internacionalização da economia capitalista.

Tal projeto se inscreve entre uma série de propostas que, a partir da década de 1990, começam a ser implementadas em toda América Latina, cuja matriz teórica deriva dos pólos centrais do capital financeiro, capitaneados por agências internacionais como o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD/Banco Mundial), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)⁷.

Diante do processo de mundialização do capital, o receituário do *Consenso de Washington*, seria a melhor alternativa – segundo seus propugnantes – à inserção da economia latino-americana numa economia “globalizada”⁸.

As diretrizes básicas do documento apontavam para reformas necessárias e urgentes, que compreendiam três fases distintas, porém integradas: a estabilização macroeconômica, as reformas estruturais e a retomada dos investimentos e do crescimento. Tais medidas deveriam ser orientadas pelo fluxo e pela dinâmica de uma economia de livre mercado, demarcando o terreno político com o resgate da ortodoxia liberal, própria do processo em curso nos pólos centrais do capitalismo onde, a partir do final da década de 1970, a ofensiva conservadora ganhou espaço⁹.

Podemos afirmar que o Plano Real, implementado em 7 de dezembro de 1993, foi idealizado a partir das “sugestões” oriundas do encontro de Washington. Anunciado como um plano de estabilização, foi responsável por uma série de mudanças

que seriam complementadas e aperfeiçoadas ao longo dos oito anos em que Cardoso esteve à frente do Planalto.¹⁰

Um dos principais fundamentos liberais resgatados pelo “Consenso” é a teoria do “Estado Mínimo”. Propugnava uma reestruturação orçamentária, defendendo uma rígida disciplina, através da redução dos gastos públicos e a realização de uma reforma tributária. A Questão central é aumentar os índices de arrecadação, concomitantemente à redução dos gastos públicos e do “tamanho” do Estado. Tal objetivo deveria ser alcançado aumentando a parcela da população sobre a qual incidiriam os tributos, sem que necessariamente, as maiores rendas passassem por uma maior tributação¹¹. Uma orientação importante diz respeito ao regime cambial. A política de estabilização a ser adotada pelos países deveria se pautar numa “dolarização direta, ou indireta”. Tal procedimento deveria ser adotado a partir de uma sobrevalorização da moeda nacional, complementada com uma política monetária passiva, ou seja, os bancos centrais nacionais perderiam – ou no mínimo, veriam comprometidas – sua capacidade de autonomia e soberania¹².

Outra medida a ser implementada pelos Estados Nacionais, seria a “liberalização comercial e financeira”. Esta seria a principal ferramenta para inserir os países latino-americanos nos “trilhos da modernidade”, uma vez que a “abertura unilateral e rápida” dos mercados nacionais atrairia os capitais externos, promovendo, através da “livre-concorrência”, o aperfeiçoamento do mercado interno, de acordo com os novos padrões internacionais.

As privatizações assumem papel central nesse processo, pois, ao mesmo tempo em que “reduziria” a participação (e o tamanho) do Estado no processo econômico, se constituiria como a principal forma – não a única – de atrair os investimentos externos diretos, considerados agora como um instrumento de “complementação da poupança nacional” e de desenvolvimento tecnológico. Por esses motivos os capitais externos deveriam ter o

mesmo tratamento do que aqueles de origem interna. A desregulamentação econômica cumpriria a mesma função ao permitir uma liberdade total aos capitais externos. A defesa intransigente das propriedades intelectual e industrial, através de uma clara política de proteção de patentes, seria a garantia de ganhos certos para os monopólios transnacionais¹³.

Em janeiro de 1993, o mesmo instituto que patrocinara as reuniões de 1989, voltou a reunir os representantes da burguesia financeira mundial. Em linhas gerais, participaram as mesmas instituições financeiras; no que diz respeito à representatividade dos países, esta foi estendida aos países da África e da Ásia – além dos da América Latina –, que enviaram seus representantes: basicamente, executivos de governos, banqueiros, executivos de empresas privadas e acadêmicos. Os debates desse encontro tiveram como ponto de partida o documento *Search of a Manual for Technopols*, redigido por John Williamson¹⁴.

Segundo José Luís Fiori, o objetivo central do encontro era discutir “as circunstâncias e as regras de ação que poderiam ajudar um *technopol* a obter o apoio político que lhe permitisse levar à cabo com sucesso”¹⁵ as medidas propugnadas pelo Consenso de Washington. O Plano Real deve ser entendido nesse contexto e a eleição de Fernando Henrique Cardoso concretizou o sucesso de tal estratégia.

Cardoso esteve à frente da equipe econômica que formulou e concretizou o Plano Real¹⁶. Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco, a partir de maio de 1993, seu nome despontava como a alternativa viável para dar continuidade ao plano/projeto de modernização conservadora. Do ponto de vista do bloco histórico no poder, estabeleceu-se um consenso em torno de seu nome; intelectual consagrado, político comprometido historicamente com as forças progressistas que lutaram contra a ditadura e rodeado por uma burocracia técnica comprometida com as frações financeiras do capital nacional e internacional – mas também abrindo espaço para os setores industrial, comercial e agrário

da burguesia – Fernando Henrique apresentava todas as características necessárias a um *technopol*, daí a formulação esclarecedora de Fiori:

[...] Desde este seu ponto de vista, aliás, o Plano Real não foi concebido para eleger FHC; FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta(va) ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial.¹⁷

Portanto, podemos dizer que a eleição de Cardoso pode ser entendida como mais um momento, mais uma etapa do projeto de recomposição das forças políticas conservadoras do país.

Em 1º de janeiro de 1995, Itamar Franco transmite o cargo a Fernando Henrique Cardoso. O discurso da modernização deu o tom dos pronunciamentos da posse. Aliás, esta temática já vinha sendo a “ponta de lança” da campanha à Presidência da República; todo seu programa de governo indicava explicitamente o caminho a ser seguido (continuado). Na verdade, tratava-se de recolocar, sobre novas bases históricas, a discussão do desenvolvimento possível em economias capitalistas “dependentes”. Afirmamos anteriormente, que a análise de Fernando Henrique Cardoso alcançara *elevada atualidade*, principalmente pelo fato desta se constituir como um dos alicerces que serviram (e servem) de arrimo teórico do projeto liberal-conservador no Brasil. É isso que pretendemos demonstrar a partir de agora.

III. Arrimo teórico e concreção histórica

A obra intitulada *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de autoria de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, enuncia seus propósitos claramente já em seu prefácio:

[...] esclarecer alguns pontos controvertidos sobre as condições, possibilidades e formas de desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência com

os pólos hegemônicos do sistema capitalista, mas, ao mesmo tempo, constituíram-se como Nações e organizaram Estados Nacionais que, como todo Estado, aspiram à soberania.¹⁸

Trata-se, portanto, da compreensão das condições históricas que levaram as economias latino-americanas a uma condição de dependência estrutural, mesmo após o processo em que estas alcançaram sua autonomia política, constituindo-se em Estados Nacionais. Os autores chamam a atenção para o fato de se tratar de um subcontinente composto por modelos econômicos distintos, que resultaram de processos históricos específicos, e que as análises que tendem a tratar a situação econômica da região como homogênea incorrem em “um equívoco teórico de conseqüências práticas perigosas”¹⁹. Chamemos a atenção para esta última frase. Os autores já apontam para a necessidade de um “diagnóstico” que possa servir como referencial teórico para futuras ações politicoeconômicas, aliás, os desdobramentos da análise proposta apontam claramente para esse caminho.

Abertamente inseridos no debate econômico-político dos anos 1970, Cardoso e Faletto, buscam analisar os caminhos da dependência na América Latina apontando, inicialmente, os equívocos dos esforços analíticos empreendidos até aquele momento²⁰.

O questionamento inicial dos autores pode ser assim resumido: por que as previsões do “esquema interpretativo” *desenvolvimentista* não haviam se realizado, tornando-se insuficiente para explicitar o curso dos acontecimentos posteriores aos anos 1940? Respondem à pergunta argumentando que tais teorias produziram uma análise que levou em conta os “fatores puramente econômicos”, deixando de lado os “fatores inscritos na estrutura social” das nações latino-americanas²¹. A proposta não é uma análise puramente “sociológica”, pois esta incorreria no mesmo reducionismo que as análises economicistas. Para os autores o instrumento analítico-teórico deve partir de “uma análise integrada”, capaz de fornecer

“elementos para dar respostas de forma mais ampla e matizada”, sobre os caminhos e as “possibilidades do desenvolvimento ou estagnação dos países latino-americanos”²².

A tese é a de que o processo histórico latino-americano engendrou características específicas na estrutura político-social dos países da região. Tal processo deu origem a uma estrutura de classes, sendo que estas, por sua vez, desenvolveram relações políticas que devem ser analisadas em sua relação com os aspectos econômicos, pois só assim poderemos compreender o caráter da dependência e as possibilidades de desenvolvimento de cada país.

A *Análise integrada do desenvolvimento*, como foi denominada pelos autores, possui um caráter totalizante, ao mesmo tempo em que enfatiza a necessidade da compreensão das especificidades nacionais, pois se assenta num “duplo esforço de redefinição de perspectivas”, considerando as características históricas “particulares” próprias do processo de desenvolvimento, nos seus determinantes internos e externos, ao mesmo tempo em que busca compreender, “[...] nas situações estruturais dadas, os objetivos e interesses que dão sentido, orientam ou animam o conflito entre os grupos e classes e os movimentos sociais [...]”²³ que dinamizam o processo nas sociedades em desenvolvimento.

Apontando o referencial metodológico²⁴, os autores procuram discutir as especificidades históricas que originaram a situação de subdesenvolvimento. Esta nasce da relação recíproca entre sociedades “periféricas” e “centrais”. Com esta afirmação os autores procuram refutar – corretamente – a tese de que a posição de uma nação “desenvolvida” ou “subdesenvolvida” se deve, exclusivamente, ao momento histórico em que a mesma surge como nação politicamente autônoma. Portanto, o “atraso” ou “avanço” que diferencia as economias nacionais, em sua dinâmica interna e externa, não deve ser atribuído a fatores de “ordem cronológica”. Para compreender a “dependência” é preciso levar em conta que esta nasce da

própria dinâmica da expansão capitalista, onde os países periféricos – colônias – ocuparam posições e funções no interior do sistema econômico internacional, distintas das que ocuparam os países centrais – metrópoles. Nesse sentido, o esforço analítico de compreensão das economias “subdesenvolvidas” deve apontar as condições embrionárias que deram origem a tais relações sociometabólicas, explicitando a forma pela qual as economias “subdesenvolvidas” se vincularam ao mercado mundial, bem como, a organização no interior de tais economias de grupos sociais que passam a definir as “relações orientadas para o exterior” necessárias à existência de um país “subdesenvolvido”.

Essa perspectiva analítica, necessariamente, reconhece que nas relações político-sociais internas, determinados “grupos sociais” (o conceito de classes sociais nos parece mais preciso) estruturam e desenvolvem uma dinâmica de dominação própria, necessária à condição de “subdesenvolvimento”, que reafirma e repõe a condição de “dependência” das “periferias” em relação aos países “centrais” do sistema capitalista. Apontam ainda a diferenciação teórico-analítica existente entre os conceitos de “desenvolvimento/subdesenvolvimento”, “dependência/autonomia” e “centro/periferia”, afirmando que não se trata da sumária substituição de um conceito pelo outro, mas sim de compreender que tais conceitos expressam dimensões analíticas distintas. Sendo assim, afirmam que o conceito de “dependência” se relaciona “[...] às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e político [...]”, propondo a compreensão de seus nexos internos e externos, diferentemente da noção de “subdesenvolvimento”, que procura analisar “[...] um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo [...]”, ou seja, diz respeito ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas de um país – necessariamente, tal conceito envolve a análise das condições sociais. Já os conceitos de “centro” e “periferia”, levam em conta “[...] as funções que cabem às

economias subdesenvolvidas no mercado mundial [...]”, não abordando os possíveis determinantes político-sociais envolvidos na situação de dependência²⁵. São, portanto, conceitos distintos que se inter-relacionam e se complementam, dando *sentido* às partes constitutivas de um todo, consubstanciado no *modelo analítico* proposto pelos autores, denominado *Análise integrada do desenvolvimento*.

Percorrendo o escopo teórico traçado pelos autores, cabe salientar que a situação de subdesenvolvimento não se coloca como uma mera determinação externa. Ou seja, existem “vínculos estruturais” que foram constituídos ao longo do processo histórico, vínculos estes estabelecidos a partir da relação entre as economias periféricas e os pólos hegemônicos das economias centrais. Como economias coloniais – portanto periféricas e dependentes – os países da América Latina passaram por um processo interno de organização sócio-política que visava a um determinado fim, qual seja, o da exploração econômica colonial. Tal estrutura de poder interno, inicialmente, foi determinada e constituída por elementos externos, com vistas a alcançar aqueles fins. Paulatinamente, toda composição social de poder se reproduz, trazendo novos protagonistas, porém sem perder de vista o modelo de exploração econômica que possuía como *locus* dinamizador o mercado externo. Sendo assim, mesmo após o processo de emancipação política, levado adiante pelas lutas anti-coloniais, a estrutura político-social constituída no interior das economias latino-americanas repousa e se concentra nas mãos dos mesmos grupos econômicos que participavam do sistema de exploração colonial, e que irão reproduzi-lo, perpetuando, portanto, a condição de dependência, pois apesar de o poder político estar nas mãos de grupos internos, a dinâmica da acumulação econômica continua a ser determinada externamente. Daí deriva a condição de subdesenvolvimento, mesmo em países organizados “nacionalmente”. Nas palavras dos autores,

[...] Desde o momento em que se coloca como objetivo instaurar uma nação [...] o centro político da ação das forças sociais tenta ganhar certa autonomia ao sobrepor-se à situação do mercado; as vinculações econômicas, entretanto, continuam sendo definidas objetivamente em função do mercado externo e limitam as possibilidades de decisão e ação autônomas.[...]²⁶.

Ao aplicarem tal modelo à realidade histórica brasileira²⁷, os autores apontam para as questões de ordem estrutural que compõem o complexo societário do país, destacando assim, como a trajetória específica do Brasil engendrou um modelo econômico periférico-dependente, e por isso mesmo, subdesenvolvido.

Com uma estrutura colonial voltada à máxima exploração dos recursos naturais então disponíveis, verifica-se no Brasil o desenvolvimento de uma estrutura política que exerce o controle interno do sistema produtivo. No entanto, durante o período em que o país foi mantido como um território contíguo a Portugal, todo o processo decisório, seja do ponto de vista político, seja em sua dinâmica econômica, era determinado externamente. Ou seja, a condição colonial impunha uma total subordinação dos grupos sociais internamente constituídos ao jugo do Pacto Colonial. Importante salientar que a economia colonial do Brasil se organizava a partir de um modelo agroexportador, com sua produção, portanto, voltada amplamente para o mercado externo. Com a ruptura propugnada pelo processo de emancipação política, aqueles grupos sociais – a saber, os grandes proprietários de terras ou, como preferem os autores, as oligarquias locais – passam a controlar internamente os fluxos comerciais com o exterior, criando estruturas de poder que legitimassem tal processo. O primeiro objetivo a ser alcançado, diz respeito à organização nacional, pois duas tarefas se impunham como imediatas: manter o controle sobre o sistema produtivo local, garantindo sua reprodução nos moldes herdados do sistema colonial – modelo agroexportador –, ao mesmo tempo em que seria necessária a

composição de uma aliança política interna entre os “vários setores econômicos”, garantindo a continuidade do modelo econômico, mas também, a autonomia do Estado nacional²⁸.

Essa seria a essência das transformações internas ocorridas no Brasil, a partir de 1822. Segundo tal argumentação, o século XIX presenciou o nascimento de um “novo modo de ordenação da economia e da sociedade local” no país²⁹. Esse processo daria origem a uma das características mais importantes da organização política no Brasil, qual seja, a aliança entre os grupos sociais ligados aos setores “modernos” de nossa economia – num primeiro momento, ligados aos setores exportadores, posteriormente, representando os setores urbano-industriais – e àqueles grupos diretamente vinculados às oligarquias locais, apontando diretamente para seu caráter “tradicional”. Essa aparente contradição, entre o caráter *moderno* e o *tradicional*, antes de ser um entrave, será a marca *fundante* do desenvolvimento histórico-social brasileiro. O caráter dependente, a conseqüente condição de subdesenvolvimento, bem como, a estrutura social que reproduz tal ordem, devem, necessariamente, ser levados em conta por qualquer projeto político-econômico que almeje alcançar uma trajetória de desenvolvimento.

Ao analisarem o *momento da transição* no Brasil³⁰, os autores procuram enfatizar como, mesmo com a participação e incorporação de novos grupos sociais diretamente vinculados aos setores urbanos, a organização política ainda manterá seu conteúdo tradicional. Argumentam que a “estrutura classista”, por isso mesmo, apresenta no Brasil um caráter débil. Tal debilidade será responsável pelas peculiaridades da fase de transição.

Assim, podemos verificar que os primeiros vagidos de modernização da economia exportadora possuíram um caráter nacional. Tal argumento se sustenta na constatação de que os movimentos abolicionista e republicano questionavam, em grande medida, a ordem econômica

dependente, bem como toda a estrutura político-social que lhe servira de arrimo. No entanto, toda estrutura de dominação forjada durante o Império se manteve. Ou seja, mesmo com a abolição da escravatura – e a conseqüente utilização da mão-de-obra assalariada –, mesmo com a Proclamação da República e a reformulação da estrutura político-institucional no país, as “oligarquias locais” garantem sua participação e influência política no plano nacional. Por mais que novos grupos “não-conformistas” (trata-se, principalmente, da classe média nascente, a saber, burocracia, exército, advogados, etc), ou mesmo aqueles formados por oligarquias das antigas províncias “economicamente secundárias”, cultivem “germes renovadores” no que diz respeito ao pensamento político, ainda assim, estão vinculados estruturalmente às oligarquias dominantes, uma vez que estas controlam o setor que dinamiza a economia brasileira (o agroexportador) e as instâncias políticas decisórias.

Durante as décadas iniciais do século XX, o modelo de dominação oligárquica começa a dar sinais de esgotamento. Todas as movimentações sociais – principalmente as manifestações urbanas – darão um “novo sentido” aos movimentos anti-oligárquicos. O domínio político-econômico dos grupos tradicionais será definitivamente abalado pelos efeitos da Crise de 1929. A “Revolução de 1930” expressa, nessa leitura, a manifestação plena da crise de dominação oligárquica, uma vez que as divisões internas nas “camadas dominantes” evidenciava a precariedade do esquema de alianças regionais, tornando-o insustentável e abrindo espaço para os grupos urbanos.³¹ Isso não significa, entretanto, que os antigos grupos dominantes foram excluídos do “novo” esquema de poder estabelecido a partir de 1930. Se é certo que o governo de Vargas permitiu uma reestruturação econômica abrindo espaço para os grupos sociais urbano-industriais, também é verdade que os interesses dos setores agroexportadores foram levados em consideração na composição da “nova” aliança de poder que se compunha.

Reafirma-se dessa forma, sobre novas bases econômico-sociais, o caráter próprio da composição política brasileira que traz, na sua forma de ser, o “moderno” de mãos dadas com o “tradicional”:

A política de Vargas cria, com posteridade, uma nova base econômica que fortalecerá a burguesia urbana e integrará as classes médias e limitados setores das classes populares das cidades, sem *prejudicar economicamente* os setores agro-exportadores; mais ainda, em poucos anos, tratou Vargas de recuperar o apoio de alguns setores dominantes da etapa anterior, inclusive o dos cafeicultores, a fim de *constituir uma nova aliança nacional de poder*, que, apesar de excluir o campesinato, incorporava lentamente os setores populares urbanos.³²

Nesse sentido, segundo os autores, a velha aliança “oligárquico-capitalista”, representante dos interesses dos setores exportadores regionais, cede espaço no cenário nacional a uma política “centralista”, cuja base urbana foi forte o suficiente para fazer emergir uma burguesia industrial e mercantil. Entretanto, tal centralização não significou a supressão daquelas oligarquias do cenário político, pelo contrário, representa a (re)composição político-social *possível* de dominação no Brasil³³.

Percorrendo ainda a argumentação de Cardoso e Faletto, a fase que se abre, no caso brasileiro, a partir da II Guerra Mundial e alcança plenitude nos anos 1950-1960, pode ser denominada como o início do “desenvolvimento para dentro”³⁴. Essa fase tem como característica marcante a maior participação das “classes médias urbanas e das burguesias industriais e comerciais no sistema de dominação”, bem como, a formação e o incremento do proletariado, ao lado de um “setor popular urbano não-operário”. Por si só, tais elementos já são suficientes para distinguir esta fase da do “período de transição”. É nesse momento que observamos o alavancar de um processo de “industrialização substitutiva”, pautado numa alteração no papel do Estado, pois, por seu intermédio, as políticas econômicas passam a ser orientadas na “defesa do mercado interno”. Assim, verificamos no período, o investimento estatal nas chamadas “Indústrias de base”, ou de bens de produção. Os setores

de infra-estrutura (aço, petróleo, eletricidade, etc) serão os primeiros a contar com a participação direta do Estado, dando o impulso necessário à industrialização de larga escala, ou de bens de consumo.

Por seu turno, verificamos uma mudança no caráter da aliança de poder que passa a controlar o Estado, pois, ao lado dos antigos interesses agroexportadores, verificamos a presença de uma burguesia ligada aos setores industrial e comercial, além de todas as pressões que a “presença das massas” passa a exercer sobre o controle estatal. Assim, longe de ser um “processo revolucionário”, a industrialização no Brasil se desenvolve a partir de políticas de acordos, entre os mais diversos setores, desde as velhas oligarquias agroexportadoras, até o novo setor popular-urbano. Os conflitos entre os grupos sociais que controlavam – ou pressionavam para controlar – as fontes de acumulação e os setores que influíam no ordenamento político-institucional deram a tônica da fase do “populismo desenvolvimentista”.

No Brasil o fenômeno do “populismo” expressaria a forma mais bem acabada de regulação dos interesses sociais contraditórios no momento de industrialização do país. Com um conteúdo marcadamente “nacionalista”, o Estado brasileiro passa a ser o instrumento de regulação do sistema industrial. Marcada por suas debilidades históricas, próprias de um sistema econômico de origem agrária, a “burguesia industrial brasileira” necessita do apoio de outros setores econômicos para garantir uma aliança de poder capaz de dinamizar a industrialização. O discurso nacionalista reivindicaria a atuação do Estado como forma de garantir o interesse de “todo o povo”. Segundo os autores, a impossibilidade de um projeto de desenvolvimento industrial com viés liberal se deu devido ao fato de que os grupos econômicos que ascenderam ao poder em 1930 não compartilhavam interesses que pudessem ser mediados por um modelo liberal de condução político-econômica, ou seja, devido às contradições intrínsecas à aliança política que se forma em torno de Vargas, somente um modelo de Estado “intervencionista” e “centralizador” poderia levar a cabo o processo de implementação da indústria. Esta mesma atuação estatal

criou os mecanismos político-institucionais necessários para, ao mesmo tempo, absorver relativamente no interior do Estado, controlar e disciplinar a atuação dos trabalhadores urbanos.

Novamente se faz presente a aliança entre o “tradicional” e o “moderno”, uma vez que, para garantir a viabilidade do projeto,

[...] necessitava-se uma aliança política com os setores mais atrasados da estrutura produtiva brasileira (os latifundiários não-exportadores) para chegar a uma política de criação de setores econômicos modernos que permitissem criar uma possibilidade de incorporação das massas. Por outro lado, a viabilidade de tal política passava a depender precisamente de uma divisão entre os setores populares: a massa urbana que se beneficia do desenvolvimento e a rural que nele não é incorporada [...]³⁵.

A interpretação apresentada acima aponta para a impossibilidade de os “avanços sociais e econômicos” alcançados pelas “massas urbanas” se estenderem para o campo, pois as velhas oligarquias locais não permitiram tal concessão, aliás, os autores afirmam que, quando as propostas de ampliação da “aliança desenvolvimentista” e de uma postura “populista” são estendidas aos trabalhadores rurais, o esquema de poder se rompe, não encontrando legitimidade entre os grupos que até então o sustentavam. Seria esse o motivo do Golpe de Estado de 1964.³⁶

A descrição do modelo analítico de Cardoso e Faletto – por mais que possa parecer uma mera digressão – faz-se necessária tendo em vista um dos pressupostos que defendemos neste trabalho. Ao afirmarmos que as teses de *Dependência e desenvolvimento na América Latina* alcançaram um elevado conteúdo de *atualidade político-programática*, buscamos demonstrar como os autores – e, especificamente, Fernando Henrique Cardoso – analisaram (e ainda analisa, no caso deste) o desenvolvimento histórico-social brasileiro, pois esta se constitui como uma das chaves para a compreensão do Plano Real e dos oito anos de governo em que o sociólogo esteve à frente da aliança

política que comandou o Brasil. Para tanto, são necessárias algumas observações sobre a última parte do livro.

Ao tratarem da fase da *Internacionalização do mercado*³⁷, os autores deixam claro quais são suas conclusões – bem como os possíveis caminhos a serem trilhados – sobre o processo de desenvolvimento histórico Latino-americano. A tese fundamental pode ser assim resumida: estruturalmente, os países do subcontinente se viram impossibilitados – pelas próprias contingências históricas – de romper com a condição periférica de dependência em relação aos centros econômicos hegemônicos. Tal característica se deve ao fato de no interior das economias nacionais se desenvolverem estruturas sociais e políticas que reproduzem os laços de dependência, devido aos interesses econômicos de grupos políticos diretamente vinculados ao mercado externo. Diante de tal constatação, a “única” forma possível de romper com a condição de subdesenvolvimento das periferias, seria a inserção incondicional das economias nacionais no processo de internacionalização do mercado mundial, iniciado a partir da década de 1970. Dito de outra forma, para tornar “factível o que estruturalmente é apenas possível”, o Brasil, por exemplo, deveria se integrar aos fluxos internacionais do capitalismo contemporâneo, obedecendo à lógica – “única possível” – do mercado mundial, como condição *sine qua non* para alcançar o desenvolvimento, mesmo que mantendo os laços de dependência. Vamos às argumentações dos autores no que diz respeito ao Brasil e sua possível inserção no momento da *internacionalização do mercado*.

Segundo Faletto e Cardoso, este período se caracteriza a partir da “diferenciação da economia capitalista”. O “populismo desenvolvimentista”, próprio da fase de formação de um mercado interno, entra em crise, bem como toda a organização das alianças políticas que legitimavam o domínio de suas respectivas classes dominantes. Surge, então, a necessidade de se organizar o sistema político e social sobre novos alicerces,

buscando uma composição congruente com esta nova fase. Nesse sentido, observamos um vínculo cada vez maior entre o setor produtivo do mercado interno e as economias externas dominantes. Tal processo, desencadeado no Brasil a partir de meados dos anos 1960, intensifica-se na década seguinte, e a aliança política dominante passa a contar, cada vez mais, com representantes desse setor.

Na fase anterior, paralelamente aos investimentos estatais, desenvolveu-se e fortaleceu-se economicamente o setor industrial privado; estes ganham força ao longo dos governos Eurico Dutra (1946-1950), do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1961). Afirma-se que a industrialização brasileira, de alguma forma, possuiu (e ainda possui) vínculos estruturais com o mercado externo. Resumidamente, argumenta-se que, entre 1930 e 1954, os investimentos no mercado interno estiveram ancorados nas exportações, impulsionadas pelo momento pré e pós-II Guerra Mundial. O setor exportador foi, portanto, amplamente representado pelos governos do período, pois “traziam” os recursos necessários ao investimento industrial. Os atritos com este setor serão sentidos a partir do segundo governo Vargas, com o fortalecimento da indústria interna, pois através de uma política de câmbio diferenciada, a política econômica privilegiava – ou, como preferem alguns autores, protegia – o desenvolvimento interno em detrimento das exportações. Com Juscelino, a despeito da instabilidade política, o desenvolvimento econômico será perceptível. Este, porém, assentou-se no financiamento externo. Novamente, argumentam os autores, observamos os vínculos estruturais que atam o desenvolvimento econômico interno aos setores externos.

Dessa forma, observamos que um projeto de “desenvolvimento nacional para a indústria” esbarrou nos limites estruturais existentes na “composição das forças sociais” internamente instaladas, que atuavam no interior da aliança política que

garantiu legitimidade aos governos estabelecidos. Esse limite estrutural deriva do fato de a acumulação e o financiamento industriais estarem diretamente vinculados ao mercado externo, pois se realizaram através das exportações e do financiamento externo. Outro elemento estrutural que merece destaque é a necessidade de “manutenção dos níveis salariais” e, conseqüentemente, da elevação da capacidade de consumo desses setores, própria da prática “manipulatória” do “populismo-nacionalismo”. Tal prática redundava numa maior incorporação das “massas” que, cada vez mais, pressionam no sentido de alcançarem representatividade junto à aliança no poder. Tal presença torna-se “perigosa para o sistema” em momentos de “crise dos preços de exportação ou com os influxos inflacionários”, pois as transferências de rendas se intensificam neste processo, o que pode provocar intensas instabilidades políticas. A saída para evitar (ou solucionar) tais processos, apontando como solução única quando da ausência de investimentos, públicos ou privados, para manter o desenvolvimento, é assim apresentada pelos autores:

Nessas circunstâncias [...] as alternativas que se apresentariam, excluindo-se a abertura do mercado interno para fora, isto é, para os capitais estrangeiros, **seriam todas inconseqüentes**, como o são na realidade, salvo se se admite a hipótese de uma mudança política radical para o socialismo. O exame de algumas delas, quando feito dentro do marco da estrutura política vigente, põe de manifesto sua falta de viabilidade.³⁸

Observa-se pela citação acima que a proposta de abertura incondicional do mercado interno ao capital internacional já se colocava como proposta “unicamente viável” no horizonte político-econômico dos autores. Tal proposta ganhará contornos factíveis somente na década de 1990, quando todos os setores políticos e sociais que se posicionavam contra o projeto foram derrotados num lento processo de transição pactuada, que marcou o fim dos governos saídos das casernas e a reintrodução da

legalidade burguesa institucionalizada (1974-1985). Ao assumir a presidência da república Fernando Henrique encontrou um cenário político amplamente favorável para implementar as propostas definidas já na década de 1970.

Durante o período de 1964-1985, a economia brasileira experimentou um alto nível de abertura aos capitais estrangeiros. Esse processo é apontado pelos autores como inexorável, representando uma nova configuração na relação entre “dependência e desenvolvimento”, com características e significados distintos daqueles observados quando da fase econômica agro-exportadora. A integração ao mercado mundial dar-se-á através dos investimentos industriais diretos realizados pelas economias centrais no Brasil – investimentos estes concentrados num grupo muito pequeno de empresas, o que já caracteriza uma atuação monopolista –, além dos investimentos estatais, principalmente em infra-estrutura, financiados pelos bancos internacionais. Essa fase da “dependência” apresenta um novo conteúdo: apesar do acelerado processo de industrialização, o fluxo de capitais e o controle das decisões econômicas “passam” pelo exterior, na medida em que a crescente massa de capitais disponíveis nas economias centrais será investida de acordo com a posição e influência que os grupos externos exercem na esfera das alianças políticas internas. Visto do modo inverso, as alianças que legitimam os governos no plano nacional, contarão com a presença de representantes desses grupos externos, privilegiando seus investimentos. Por isso, mesmo alcançando um alto nível de complexidade em seu parque industrial, os autores afirmam que o Brasil continua numa posição de país periférico e dependente. O desenvolvimento industrial continua dependendo da “capacidade de importação” de bens de capital e de matérias-primas complementares (tecnologia, principalmente).

Entretanto, uma vez alcançado o pleno desenvolvimento do parque industrial brasileiro, seria necessário dar um passo adiante, promovendo o que Faletto e Cardoso denominaram “internacionalização

do mercado interno”. A lógica do argumento aponta para a impossibilidade de ruptura com os laços de dependência, uma vez que o novo conteúdo destes laços seriam os pilares do desenvolvimento econômico do país, mesmo que ainda se mantivesse a condição periférica. Impulsionada pelo mercado e, portanto, pela lógica da concorrência, tais economias passariam por uma verdadeira transformação no seu sistema produtivo, pois as indústrias de ponta seriam o carro chefe da inovação tecnológica necessária à “modernização”. Percebemos aqui que o discurso apologético em relação à “modernização” já se faz presente, e com grande intensidade, como um elemento de composição do discurso ideológico que ganhará força na década de 1990, com a aliança política liberal-conservadora que se formou em torno de Fernando Henrique Cardoso. Segundo os autores, o processo de modernização industrial do país seria fundamental não só para a transformação técnico-administrativa da economia interna, mas também como um elemento dinamizador que envolveria todas as formas de controle social e político. É o que se lê a seguir:

[...] Essa revolução industrial de novo tipo conduz a uma reorganização administrativa, tecnológica e financeira que implica a reordenação das formas de controle social e político. [...] São os esquemas políticos, que expressam a luta entre as forças sociais, que servem de intermediários ativos entre um determinado estágio de evolução econômica, organizatória e tecnológica e a dinâmica global das sociedades [...]³⁹.

Os autores parecem ter clareza quanto à necessidade de composição de uma aliança política que dê sustentação ao projeto econômico-social a ser implementado.

Argumentando ainda em defesa da abertura do mercado, corroboram com a tese de que a “livre concorrência” é um mecanismo estimulador do desenvolvimento produtivo; mas, além disso, tal estímulo atinge todas as esferas sociais, na medida em que, “[...] através dos capitais, da técnica e da organização transferidos do exterior

inaugura-se um novo eixo de ordenamento da economia nacional”.⁴⁰

Nos parece ser claro que os autores apontam, no caso brasileiro, o período em que os militares estiveram à frente do Palácio do Planalto como aquele em que este processo de “internacionalização do mercado interno” teve início. Afirmam ainda que o esquema de sustentação política dessa nova etapa do “desenvolvimento dependente” apresenta um elevado grau de complexidade devido ao intervencionismo estatal – o que garante um maior poder de decisão interna, mesmo não negando o processo como um todo. Naquele período, principalmente entre 1968 e 1973, a articulação econômico-política contava com o tripé “setor público (estatais)/monopólios internacionais/setor capitalista moderno nacional”.

Além disso, o Estado atuou combatendo e reprimindo qualquer tipo de manifestação política contrária ao modelo/projeto, utilizando-se da “ideologia da segurança nacional” como expediente constante e como forma de justificar o caráter autocrático dessa atuação.

Ao explicarem a dinâmica econômica do modelo – onde as indústrias de bens de consumo são as maiores consumidoras de mercadorias (tecnologia) ou, nas palavras dos autores, “no incremento das relações entre produtores” –, Cardoso e Faletto apontam também quais foram seus limites. O intervencionismo estatal passa a ser prejudicial, pois impossibilita a “modernização” da economia como um todo. Os setores de ponta – estimulados pelos investimentos e pela dinâmica externas – são os únicos a usufruírem das vantagens produzidas pela “internacionalização do mercado interno”, pois a abertura econômica lhes proporcionará tais benefícios. O mercado interno não será capaz de absorver a mão-de-obra, que ficará dependente das empresas estatais. Consequentemente, a exclusão social trará problemas para o “desenvolvimento” como um todo, pois produzirá uma retração no consumo interno e, como desdobramento seguinte, na produção.⁴¹

Devido às manifestações e aos distúrbios políticos gerados nesse contexto, o processo de “internacionalização” no Brasil ganha força a partir de um “golpe militar” em que o Estado, a partir da constituição de uma “tecnoburocracia”, se reveste de um caráter “desenvolvimentista”, mas agora sem a influência dos setores “populistas-nacionais”.

IV. Conclusão

Finalizando o debate, os autores expõem aquele que seria o grande desafio das burguesias instaladas nas economias dependentes e, portanto, no Brasil, nos anos em que se seguiram à publicação da obra em questão⁴², e que pode ser resumido na seguinte questão: como retornar ao regime democrático-representativo, sem perder o “leme da embarcação”, e ainda, promovendo as reformas necessárias à inserção do país num novo ciclo de “internacionalização” que pudesse ampliar a “modernização” e o “desenvolvimento” brasileiros?

A construção da resposta para esta questão levaria 30 anos para ser concretizada. No entanto, os resultados foram “surpreendentemente” positivos para a burguesia instalada no Brasil. Os dois mandatos de Fernando Henrique foram fundamentais nesse processo. As teses propugnadas pelo sociólogo, na década de 1970, deram sustentabilidade teórica ao projeto político que reuniu em torno de Cardoso a aliança liberal-conservadora que levou à frente os momentos finais e decisivos dessa transição *à long terme*. O que tentamos demonstrar é que, na concepção do autor, qualquer processo de “desenvolvimento” no Brasil só é possível – devido aos fatores de sua estrutura sócio-econômica, historicamente constituída – se pensado dentro dos quadros da “dependência”, ou seja, todo e qualquer processo de expansão econômica que possa ocorrer no Brasil, está sujeito à forma como o país aproveita para se inserir nos ciclos de internacionalização do capital. Como a estrutura econômica interna, bem como suas

formas de representação político-social, apresentam como caráter atávico a dependência, esta precisa ser aproveitada para promover o desenvolvimento.

Antes de finalizarmos o presente trabalho, fazem-se necessárias, mesmo que de forma breve, algumas observações de caráter científico-metodológico a respeito da obra de Cardoso e Faletto.

Quando da polêmica, já mencionada por nós, a respeito da recomendação do então presidente Fernando Henrique – para que fossem “deixadas no passado” suas análises de sociólogo –, alguns críticos aventaram que, na verdade, Cardoso teria abandonado não só suas teses, mas uma determinada perspectiva crítico-analítica de caráter marxista. O que pretendemos demonstrar com estas poucas linhas a respeito do modelo analítico adotado – e nunca abandonado – pelo autor de *Dependência e desenvolvimento na América Latina* é que este nunca possuiu (e nem sequer tentou nesse sentido) qualquer vínculo ou filiação, seja de caráter científico ou ideológico-político, com o marxismo. Cientista Social de formação sólida, Cardoso possui conhecimento sobre a obra de Karl Marx e de suas implicações na abordagem da análise sociológica, não há dúvida⁴³. É por isso mesmo que nunca adotou o marxismo como referência teórica de suas análises, pois a teorização marxiana pressupõe a ruptura com a sociedade capitalista, sua superação e a construção de uma sociedade que possua como elemento fundante a plena emancipação humana. Partindo dessa perspectiva, não há desenvolvimento possível na sociedade capitalista, pois nesta forma de sociabilidade, a desigualdade – que se origina *na e da* propriedade privada dos meios de produção – produz o constante efeito usurpador de ceifar a possibilidade da plena *emancipação humana do homem*⁴⁴.

A produção intelectual de Fernando Henrique Cardoso se insere nos marcos da *sociologia compreensiva*, cuja expressão clássica é Max Weber. A formulação teórica do autor parte da construção de modelos ideais apriorísticos que devem servir como elemento de concatenação e organização dos

atos isolados, ou em outras palavras, a *Análise Integrada do Desenvolvimento* constitui um esforço ideo-metodológico de compreensão dos possíveis *sentidos* que as *ações sociais* possuem e desenvolvem em suas relações recíprocas. Daí decorre a necessidade de compreensão e da articulação das “especificidades históricas”, pois a totalidade, o universal, expressa o sentido contido na atomização das “particularidades”. O conceito (*o universal*) é composto a partir da concatenação lógica (compreensiva) das singularidades históricas, ou seja, o universal é uma determinação do singular idealmente organizado. Portanto, o sentido das ações sociais dos indivíduos é “composto” a partir de um *constructo* lógico-mental, oferecendo, assim, os contornos “universalizantes” que nos permitem compreender a totalidade. A tarefa do cientista social nessa forma de abordagem é elaborar *constructos mentais*, modelos ideais previamente articulados a partir de uma escala valorativa que hierarquize o que de fato é relevante nas ações sociais a serem investigadas⁴⁵.

Como tentamos demonstrar, os autores enfatizam a “especificidade” histórica, argumentando que estas devem ser levadas em conta na elaboração de modelos interpretativos que busquem compreender a complexa diversidade das formações sociais latino-americanas. É por isso, inclusive, que as análises de matriz weberiana podem se aproximar parcialmente (e apenas parcialmente) do processo de análise do *desenvolvimento do real-concreto*, pois, ao partirem das singularidades (especificidades) históricas, estas já são a expressão de “múltiplas determinações”, que só poderão ser compreendidas em sua plenitude quando tomadas a partir de sua relação com a totalidade (o universal), mediadas pelas *particularidades* que compõem o processo histórico-social.

Na análise empreendida por György Lukács, a *particularidade* nos é apresentada como uma categoria fundamental da elaboração marxiana. Negando qualquer traço de empirismo, argumenta que a realidade não pode ser explicada por si só,

pois a “viva totalidade” necessita de mediações, “abstratas e universais”, para ser desvendada a partir de critérios científicos. A *particularidade* entendida como categoria mediativa se constitui como o caminho necessário para o “retorno” das abstrações simples e universais à totalidade da realidade, autêntica e concreta. Nesse sentido, a formulação lukacsiana propugna que o real-concreto assim o é, pois é “unidade do múltiplo”, a soma ou síntese de “múltiplas determinações”⁴⁶. A particularidade se constitui como o conjunto de categorias que surgem em primeiro plano na análise científica. São reflexos de situações objetivas encontradas tanto na natureza como na sociedade, sendo que a *práxis humana* é o critério fundante para sua confirmação enquanto categoria lógica. A *essência* das categorias deve ser o *reflexo da realidade* que lhes corresponde, “em uma clareza e concreticidade qualitativamente diversas”.

Observa-se aqui uma distinção fundamental entre a teoria marxiana e a elaboração de Cardoso e Faletto. Apesar de estes últimos utilizarem o conceito “particularidade histórica”, o fazem como sinônimo de características específicas, como “especificidade histórica”. A *particularidade* não é entendida como mediação entre o singular e o universal, pelo contrário, o todo, a totalidade social – nessa análise –, pode ser compreendida a partir da ligação direta e mecânica entre esta e suas partes constitutivas. Não há mediações, criando o que Lukács denominou de uma “pseudo-dialética formalista”⁴⁷. Uma expressão desta pseudo-dialética é a argumentação, por parte dos autores, que a aparente “antinomia” entre os conceitos de dependência e desenvolvimento é, na verdade, a forma de ser – possível – de desenvolvimento dos países periféricos. Em nossa forma de entendimento a “antinomia” não é apenas aparente. Os conceitos são em si excludentes, antagônicos, e não são “aplicáveis” à realidade. As formulações marxianas que levam em consideração o caráter “desigual e combinado”, como formas mediativas das relações entre os pólos centrais e a periferia da forma

sóciometabólica capitalista, nos oferecem a devida compreensão de tais processos.

Como expressão da *sociologia compreensiva*, portanto de corte weberiano, a teoria social produzida por Fernando Henrique Cardoso obedece os mesmos princípios de seu mestre na atuação ideológico-política. Em outras palavras, não há qualquer proposta de ruptura com a ordem social burguesa, mas a intenção de “compreender” os processos para “aperfeiçoar” as práticas políticas e econômicas somente “possíveis”. Fizemos alusão em nosso texto ao caráter político-programático da “teoria da dependência” de Cardoso. Esta teoria carrega consigo a proposta de reformulação das economias periféricas dentro do “estruturalmente possível e viável”, ou seja, não há qualquer proposta de ruptura com as velhas formas estruturais de dominação, pelo contrário,

Sabemos que o curso concreto da história, ainda que seja balizado por condições dadas, depende em grande parte da ousadia dos que se propõem a agir em função de fins históricos viáveis. Não incorremos, portanto, na vã pretensão de tentar delimitar teoricamente o curso provável dos acontecimentos futuros. *Este dependerá, mais do que das previsões teóricas, da ação coletiva motivada por vontades políticas que tornem factível o que estruturalmente é apenas possível.*⁴⁸

Com essa frase os autores encerram a obra. A concretização do modelo econômico implantado a partir do Plano Real, a Reforma do Estado àquele vinculado, sobretudo as chamadas Reformas Constitucionais, as Privatizações e a desmobilização dos setores sociais de esquerda, processo este plasmado pela ideologia neoliberal, apontam, assim entendemos, à concretização das teses de Cardoso, reafirmando a marca indelével da objetivação do ideal liberal no Brasil, onde, historicamente, é preciso “modernizar” para “conservar” as coisas como sempre foram.

Passados quarenta anos de sua primeira edição, podemos perceber que o projeto político-social arquitetado em torno das duas candidaturas de Fernando Henrique Cardoso expressaram – e ainda expressam – a tese central dos autores, qual

seja: qualquer forma de desenvolvimento possível no Brasil do século XXI, só será factível se este se associar de forma dependente (subordinada) aos processos e ciclos atuais de internacionalização do capital, e ainda contar com a participação e a convivência do – “estruturalmente possível” – acordo entre o politicamente conservador e o moderno.

V. Referências

BATISTA, P. N. **“O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos”**. (In:) Vários. Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CARDOSO, F. H. & FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina – Ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro, LTC Editora, 1970.

CHESNAI, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

ENGELS, F. **Esboço de uma crítica da economia política**. (In) NETTO, J. P. (org.). Engels. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981.

FILGUEIRAS, L. **História do plano real**. – 3. ed. – São Paulo: Boitempo, 2006.

FIORI, J. L. **Os moedeiros falsos**. 4ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

COHN, G. **Crítica e resignação – Max Weber e a teoria social**. – 2. ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. (6 vol.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LENIN, V. I. **Materialismo y empiriocriticismo. Notas críticas sobre una filosofia reaccionaria**. Moscú: Editorial Progreso, 1983

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. – 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MOURA, A. M. & DEO, A. **A greve dos petroleiros de 1995**. Mimeo. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação / Lato Sensu) Centro Universitário “Fundação Santo André”. São Paulo, 2001.

SADER, E. & GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

TEIXEIRA, F.; FREDERICO, C. **Marx, Weber e o marxismo weberiano**. São Paulo: Cortez, 2010.

ⁱ O presente trabalho é um excerto de minha tese de doutorado, intitulada *A consolidação da social democracia no Brasil*: forma tardia de dominação burguesa nos marcos do capitalismo de extração prussiano-colonial, defendida em abril de 2011 junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNESP/Marília. Parte do artigo que aqui propomos, foi apresentada no formato de comunicação no “II Congreso de la Internacional del Conocimiento – Ciencias, Technologyas y Culturas. Dialogo entre las Disciplinas del Conocimiento. Mirando hacia el futuro de América Latina y el Caribe”, ocorrido em outubro de 2010, na Universidad de Santiago de Chile, Chile.

ⁱⁱ Doutor em Ciências Sociais – UNESP/Marília – São Paulo. Professor Substituto do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas – UNESP/Marília. deoanderson@hotmail.com.

⁴ CARDOSO, F. H. & FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina – Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, LTC Editora, 1970.

⁵ Tomamos aqui como referência o conceito gramsciano de *Bloco Histórico*. Trata-se de compreender como os processos históricos expressam uma dada forma de valores, econômicos, político-ideológicos, culturais, ético-morais, e como estes se edificam e se consubstanciam na forma de

dominação de classe. Para uma análise aprofundada do conceito, veja-se fundamentalmente, GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. (6 vol.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Especialmente os volumes 2 e 3, onde encontramos a discussão sobre o conceito de bloco histórico, respectivamente, nos Cadernos 10 e 13.

⁶ Além dos petroleiros, que paralisaram suas atividades durante o ano de 1994, outras categorias deflagraram movimentos grevistas, tais como os servidores públicos federais. Cf. MOURA, A. M. & DEO, A. *A greve dos petroleiros de 1995*. Mimeo. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação / *Lato Sensu*) Centro Universitário “Fundação Santo André”. São Paulo, 2001.

⁷ “[...] o chamado ‘Consenso de Washington’, que expressou para a América Latina os novos caminhos – segundo ele, da estabilização e do desenvolvimento – que deveriam ser trilhados por suas sociedades e economias [...]”. Cf. FILGUEIRAS, L. *História do plano real*. – 3. ed. – São Paulo: Boitempo, 2006, p. 93.

⁸ Utilizamos o conceito de mundialização do capital conforme CHESNAI, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã Editora, 1996, passim.

⁹ BATISTA, P. N. “O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos”. (In:) Vários. *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. FIORI, J. L. *Os moedeiros falsos*. 4ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. SADER, E. & GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

¹⁰ Argumentando que o Consenso de Washington se caracterizou como um dos fundamentos teóricos do Plano Real, Luiz Filgueiras afirma: “[...] Como se sabe, todos os planos de estabilização adotados nos últimos anos na América Latina são da mesma família do Consenso de Washington [...]. Em todos os lugares onde foram adotados, esses planos seguiram, sempre, o mesmo roteiro: combate à inflação, através da dolarização da economia e valorização das moedas nacionais, associado a uma grande ênfase na necessidade do ‘ajuste fiscal’. Acompanharam a realização de reformas do Estado – sobretudo privatizações e mudanças na seguridade social – desregulamentação dos mercados e liberalização (internacionalização) comercial e financeira [...]”. Ibidem, FILGUEIRAS, 1997, p. 93-94.

¹¹ Filgueiras argumenta que tal reforma tributária deveria privilegiar “[...] sobretudo, a ampliação da

base de incidência dos tributos e não o seu aumento e que tivesse menor progressividade do imposto de renda e maior contribuição dos impostos indiretos[...]”. Ibid, p. 95.

¹² No que diz respeito à posição dos Bancos Centrais, em especial o do Brasil, há uma série de argumentos que apontam para a total incapacidade do BC’s em reagir diante dos fluxos do mercado financeiro internacional. Não podemos aqui nos aprofundar em tal questão, bastando por hora apontar que todo o discurso e propostas de “autonomia” dos BC’s, constituem-se como uma das medidas fundamentais para implementação do projeto liberal-conservador. Portanto, não há nenhuma postura passiva por parte dos BC’s, principalmente o do Brasil.

¹³ Ibid., p. 96

¹⁴ Fora o mesmo John Williamson que criara a expressão *Washington consensus*, em 1989.

¹⁵ Ibid., FIORI, 1997, p. 11 e 12. Segundo Fiori, Williamson usou a denominação *technopols* para identificar “[...] economistas capazes de somar ao perfeito manejo do seu *mainstream* (evidentemente neoclássico e ortodoxo) a capacidade política de implementar nos seus países a mesma agenda política do *consensus* [...]”.

¹⁶ Importante salientar que, entre outubro de 1992 e maio de 1993, Fernando Henrique esteve no comando do Ministério das Relações Exteriores, assumindo posteriormente a pasta da Fazenda, afastando-se no momento da corrida presidencial, a partir de julho de 1994.

¹⁷ Cf. Ibid., p. 14. O parêntese é nosso.

¹⁸ Cf. Ibid., CARDOSO & FALETTO, 1970, p. 7.

¹⁹ Ibid., p. 7.

²⁰ Tal debate diz respeito às análises e estudos produzidos por duas “escolas” econômicas, a saber, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) e aquela intitulada Teoria da Dependência. A primeira parte do livro se dedica à análise dos equívocos e insuficiências de que padeciam tais abordagens, segundo Cardoso e Faletto.

²¹ Cf. Ibid., p. 12, 13 e 14. O itálico é nosso.

²² Ibid., p. 15.

²³ Ibid., p. 21.

²⁴ A orientação metodológica que procura conjugar a análise sociológica com a histórica é própria da

tradição weberiana. A esse respeito ver, TEIXEIRA, F.; FREDERICO, C. *Marx, Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo: Cortez, 2010. Sobretudo a Parte I, intitulada: “Uma leitura crítico-comentada de *A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo*. (Para um ensaio comparativo entre Max Weber e Karl Marx), de autoria de Francisco Teixeira.

²⁵ Idem, CARDOSO & FALETTO, 1970, p. 27.

²⁶ Ibid., p. 30.

²⁷ Importante ressaltar que os autores procuram analisar as estruturas econômico-sociais dos países da América Latina em dois períodos históricos, quais sejam, o momento em que estes se constituíam como colônias, e o momento em que alcançam a condição de nações politicamente autônomas. No período colonial, de “expansão para fora” distinguem dois grandes grupos de países, aqueles que possuíam um “Controle nacional do sistema produtivo” e aqueles denominados “As economias de enclave”. Já no período pós-emancipação política, as distinções são mais complexas, dado o grau de distinção e heterogeneidade da própria região como um todo – o que contribuirá para a diversidade dos casos. Apontam para um primeiro “Momento de transição”, sucedido em alguns países pelo fenômeno do “Nacionalismo e Populismo”, terminando a análise com o que denominam “A internacionalização do mercado: o novo caráter da dependência”. Devido às contingências de nosso trabalho, analisaremos o modelo que diz respeito ao Brasil. Os outros modelos serão aludidos somente se necessário à compreensão do caso brasileiro. Procuraremos, assim, expor os elementos centrais da argumentação dos autores. Obviamente, os períodos aqui descritos devem ser entendidos como processos históricos, e como tais, permeados por contradições e transformações. Assim, a concatenação dos argumentos, longe de ser uma tentativa de simplificação “esquemática”, procura expor a essência da análise apresentada pelos autores.

²⁸ Ibid., p. 40.

²⁹ Ibid., p. 41-42.

³⁰ Trata-se do capítulo IV, intitulado *Desenvolvimento e Mudança Social no Momento da Transição*, Ibid., p. 52-90.

³¹ Ibid., p. 66.

³² Ibid., p. 66-67. Os itálicos são nossos.

³³ Ibid., p. 67.

³⁴ Trata-se do capítulo V, intitulado *Nacionalismo e Populismo: Forças Sociais e Política Desenvolvimentista na Fase de Consolidação do Mercado Interno*, Ibid., p. 91-113.

³⁵ Ibid., p. 105.

³⁶ Ibid., p. 106.

³⁷ Trata-se do capítulo VI, intitulado *A Internacionalização do Mercado: O Novo Caráter da Dependência*, Ibid., p. 114-138.

³⁸ Ibid., p. 120. O negrito é nosso.

³⁹ Ibid., p. 128.

⁴⁰ Ibid., p. 129.

⁴¹ Ibid., 130-135.

⁴² Como afirmado anteriormente, a obra é publicada em 1970 e o debate ganha intensidade nos anos seguintes.

⁴³ Lembremo-nos que Cardoso participou do importante seminário organizado por José Arthur Giannotti sobre o Capital.

⁴⁴ Fundamentamos nossa posição em: MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008; ENGELS, F. *Esboço de uma crítica da economia política*. (In) NETTO, J. P. (org.). *Engels*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981.

⁴⁵ Para uma análise vigorosa sobre a teoria social de Max Weber, ver, fundamentalmente, COHN, G. *Crítica e resignação – Max Weber e a teoria social*. – 2. ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2003. Particularmente, as influências de Friedrich Nietzsche (cap. 1), que discute a noção de “atomização” das esferas de compreensão da realidade, Wilhelm Dilthey (cap. 2), que procura discutir a hermenêutica como pressuposto fundamental da ciência, uma vez que propicia a interpretação da realidade atomizada, e Wilhelm Windelband e Heinrich Rickert (cap. 4), cuja discussão sobre a escala valorativa entre as ciências históricas e naturais é fundamental à construção do ideal-tipo.

⁴⁶ Há uma nítida influência de Lênin e sua “teoria do reflexo” sobre Lukács. Ver LENIN, V. I. *Materialismo y empiriocriticismo*. Notas críticas sobre una filosofia reaccionaria. Moscú: Editorial Progreso, 1983.

⁴⁷ A propósito da categoria *particularidade*, ver LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. – 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970. Particularmente o capítulo III, “O particular à luz do materialismo dialético”.

⁴⁸ Cf. CARDOSO & FALETTO, 1970, p. 143.